

Presidente não admite negociar mudança do sistema de Governo

BRASÍLIA — O Porta-Voz do Palácio do Planalto, Frota Netto, afirmou ontem que o Presidente José Sarney não está negociando com os políticos outras alternativas de sistema de Governo que não seja a manutenção do presidencialismo, com o fortalecimento do Legislativo.

Frota Netto transmitiu o recado de Sarney, segundo o qual o Presidente continua com a diretriz de que somente com um presidencialismo de núcleo de poder e de gestão nítidos e com um Congresso participativo se completará o processo de transição. Sarney acha que não há condição de manter a estabilidade do País, no momento, senão através do presidencialismo.

Quando à prorrogação do prazo de apresentação de emendas à Comissão de Sistematização, o Presidente disse, segundo o assessor, ter sido uma decisão da Constituinte, sem qualquer interferência do Governo. Outro assessor do Palácio do Planalto contou que a preocupação do Governo, agora, é atrair votos a favor do presidencialismo na Comissão de

Sistematização, e que as conversas mantidas entre o Presidente, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e parlamentares têm surtido efeitos positivos. A expectativa do Governo é de fechar posições em torno do presidencialismo com Legislativo forte e essa tem sido a tônica das negociações.

A ampliação do prazo de apresentação de emendas, no entender do assessor, pouco interfere na posição do Governo. Embora ganhe mais tempo nas negociações, o Governo poderá correr o risco de ver as posições pró-parlamentarismo ficarem mais cristalizadas até a próxima sexta-feira.

— A tendência entre os parlamentares é aceitar um presidencialismo com um Congresso que tenha, inclusive, direito de vetar ministros — disse um funcionário da Presidência, acrescentando que muitos deputados são favoráveis ao parlamentarismo sem conhecer bem as características deste tipo de sistema de Governo.

— Tem deputado que é a favor do

parlamentarismo porque quer derrubar ministros que estão no Governo — prosseguiu.

Na sustentação da tese defendida por Sarney, seus assessores argumentam que poucos deputados tinham, na campanha eleitoral, uma plataforma propondo alteração do sistema de Governo. Nas conversas com os políticos, o Ministro Costa Couto e o próprio Sarney afirmam que o parlamentarismo não tem apoio popular e nem foi tema fundamental nas campanhas eleitorais.

Assim que chegou de Piquete, no interior paulista, às 14h45 de ontem, Sarney retomou as conversações. Conversou longamente com o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, e encerrou o expediente no Palácio da Alvorada com uma audiência ao Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. O Presidente recebeu ainda o Deputado José Freire (PMDB-GO) e teve várias conversas com os Ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes (SNI) e com o Consultor Geral da República, Saulo Ramos.

Richa defende adoção gradual das mudanças

BRASÍLIA — O Senador José Richa (PMDB-PR) afirmou ontem que vai discutir com o "Grupo dos 32" a inclusão do parlamentarismo clássico no corpo da futura Constituição e negociar, no capítulo das disposições transitórias, a implantação gradual do sistema. Ele acha que, para dar certo no Brasil, o parlamentarismo terá de começar a ser implantado no Governo Sarney e consolidado pelo seu sucessor.

— Se essa preliminar não for vitoriosa, voto com o presidencialismo — afirmou Richa, num intervalo da reunião do "Grupo dos 32", realizada ontem na Comissão de Finanças do Senado. Explicou que prefere optar pelo presidencialismo do que assistir à má introdução do parlamentarismo. Não acredita, por outro lado, que qualquer forma mista de sistema de governo possa dar certo.

José Richa entende que há um ambiente propício à discussão do sistema de governo dentro do "Grupo dos 32". Segundo ele, não pretende, entretanto, um modelo pronto, e sim um princípio a ser discutido.

Richa não abre mão da implantação gradual do parlamentarismo.

Lembrando que precisaria ser regulamentado o concurso para o ingresso no serviço público, ser elaborado um plano de cargos e salários e extintos os cargos comissionados, ele disse que o sistema parlamentarista não poderia ser implantado no próximo ano. A seu ver, precisaria começar a ser implantado em 89, para proporcionar ao chefe da transição política (no caso, o Presidente Sarney), ser também o chefe da transição de governo.

A eleição direta seria incompatível com o parlamentarismo, segundo o Senador, já que provocaria constantes conflitos entre o Presidente e o Primeiro-Ministro. Para ele, porém, a próxima eleição presidencial terá de ser direta.

O Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), do "Grupo Interpartidário", não concorda com a fórmula proposta por José Richa. Apesar de defender a implantação do parlamentarismo logo após a promulgação da nova Carta, ele admite negociar.

— Podemos aceitar que Sarney termine seu mandato. Ele presidiria a eleição em 15 de novembro de 1988 e instalaria o parlamentarismo no dia 1º de janeiro de 1989 — disse.

Scalco acha que se a implantação for feita no prazo proposto por Richa, o próximo Presidente poderá convocar um plebiscito e derrubar o parlamentarismo antes de sua implantação total.

Antes de Frota falar, os defensores do Gabinete mantinham esperanças

BRASÍLIA — Sem conhecer os termos da declaração do Presidente, transmitida por Frota Netto, o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que o Governo já aceita o parlamentarismo, desde que seja instituído gradualmente e só se efetive depois que Sarney deixar o Governo. No mesmo sentido se pronunciou o Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Segundo o Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), uma vez que o Executivo se mostra aberto ao diálogo, a maior preocupação dos parlamentaristas passa a ser com a redação das disposições transitórias. Eles querem apresentar um texto que possa ser aprovado no plenário da Comissão e aceite pelo Governo sem problemas. Arinos frisou que é muito importante garantir a aprovação do novo sistema na Sistematização porque durante a tramitação do projeto no plenário da Constituinte não poderá ser apresentado novo substitutivo, mas apenas emendas.

Também para o Deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), parlamentaristas e Governo estavam caminhando para um entendimento. Segundo ele, a tendência majoritária



Arinos está preocupado com a aprovação da proposta na Sistematização

é garantir nas disposições transitórias mais um ano de presidencialismo com Sarney e a implantação do novo sistema no último ano do seu mandato.

O Deputado Konder Reis (PDS-SC) disse discordar de alguns pontos da proposta que está sendo discutida e considera importante manter o Presidente Sarney com os poderes assegurados pela atual Constituição. Para ele, o parlamentarismo não pode ser adotado agora plenamente, para

que não sejam criados conflitos entre Legislativo e Executivo atuais.

A proposta em discussão prevê a adoção do parlamentarismo seis meses após a promulgação da Carta. Depois disso, o Presidente nomearia o Primeiro-Ministro e o Gabinete com os quais governaria por mais seis meses, sem que lhe fosse apresentada nenhuma moção de censura e tendo como Chefe de Governo o próprio Sarney.

Nova pesquisa indica o presidencialismo

BRASÍLIA — Pesquisa divulgada ontem pelo Palácio do Planalto revela que 48% de 2.204 entrevistados em nove capitais consideram o presidencialismo o melhor sistema de Governo para o Brasil, enquanto 41% optaram pelo parlamentarismo e 11% deram outras respostas. A pesquisa, feita em agosto, registrou também que 53% não têm acompanhado os trabalhos da Constituinte. O maior percentual a favor do parlamentarismo foi obtido em Porto Alegre, com 55%, enquanto o presidencialismo tem seu maior percentual em Curitiba: 58%.

Na cidade do Rio de Janeiro, 54% dos entrevistados preferem o presidencialismo e 40% o parlamentarismo. A pesquisa da LPM — Levantamentos e Pesquisas de Marketing Ltda indica ainda que o Rio tem o maior número de pessoas que afirmam não estar acompanhando os trabalhos constituintes (60% dos consultados), enquanto Recife

(61%) e Porto Alegre (58%) são as que têm mais interessados.

Os homens têm acompanhado mais a Constituinte, sobretudo os que têm de 40 a 65 anos de idade. E são também os homens que deram o maior grau de aprovação ao presidencialismo. Indagados se já tomaram conhecimento da reforma agrária — um dos assuntos polêmicos da Constituinte —, 63% dos 2.204 entrevistados responderam que sim. E mais: 67% de 1.413 pessoas em nove capitais afirmaram que devem ser desapropriadas apenas terras que não estão produzindo; 48% acham que devem ser desapropriadas apenas as terras do Governo e 14% só querem reforma agrária nas terras da Igreja.

Entre os cariocas, 69% acham que apenas as terras que não estão produzindo devem ser desapropriadas e 44% afirmaram que devem ser desapropriadas as que pertencem ao Governo.